



# CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ Nº 80.789.548/0001-00



## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PARECER Nº 047

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 009/2023.

**Ementa:** Altera a Lei nº 1.254, de 13 de setembro de 2001, para prever o pagamento de jeton aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos do IPRERINE; alterar o teto remuneratório do Diretor Executivo; fixar vantagem nominal pecuniária ao responsável pela gestão das aplicações dos recursos do RPPS; alterar o período de mandato dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Investimentos e do Diretor Executivo; aumentar as vagas para o cargo de Assistente de Administração "C" perante o IPRERINE; otimizar os atos do processo eleitoral para a escolha dos representantes dos segurados e beneficiários do RPPS municipal perante o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Comitê de Investimentos, e do Diretor Executivo; e dá outras providências.

### Parecer do Relator

Após estudo e consideração, esta relatoria manifesta-se:

**(X) Favorável ao "Projeto de Lei 009/2023", quanto aos aspectos constitucional, legal, formal e material.**

( ) Contrário ao "Projeto de Lei 009/2023", por inconstitucionalidade/ilegalidade.

( ) Conforme voto fundamentado separadamente.

**Isabel Cristina Grossl**  
Presidente – Relatora

### Deliberação da Comissão

**Ricardo Gonçalves Furquim**  
Vice-Presidente

(X) Favorável ( ) Contrário ( ) Abstenção

**João Pedro de Amorim**  
Membro

(X) Favorável ( ) Contrário ( ) Abstenção

**Resumo da deliberação:** A Comissão (X) acompanha ( ) não acompanha o voto do Relator.





# CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ Nº 80.789.548/0001-00



## Despacho Final da Comissão

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de iniciativa do Poder Executivo, que tem por objetivo Alterar a Lei nº 1.254, de 13 de setembro de 2001, mantém o regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais de Rio Negro.

As alterações propostas dispõem sobre a previsão de pagamento de jeton aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos do IPRERINE; alteração do teto remuneratório do Diretor Executivo; fixação de vantagem nominal pecuniária ao responsável pela gestão das aplicações dos recursos do RPPS; alteração do período de mandato dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Investimentos e do Diretor Executivo; aumento das vagas para o cargo de Assistente de Administração "C" perante o IPRERINE; otimização dos atos do processo eleitoral para a escolha dos representantes dos segurados e beneficiários do RPPS municipal perante o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Comitê de Investimentos, e do Diretor Executivo.

Diante da análise da matéria, a presente comissão destaca a necessidade de alteração de alguns pontos do Projeto de Lei para adequação ao Manual de Técnicas Legislativas e Redação e com relação a fixação de valores referente a remuneração ou recebimento de vantagens pecuniárias, a fixação expressa em valores reais, atendendo orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná relativos ao assunto.

Desta forma, sugere a Comissão, na forma do artigo 104, as Emendas em anexo, pelos fatos e fundamentos exarados nas justificativas que acompanham.

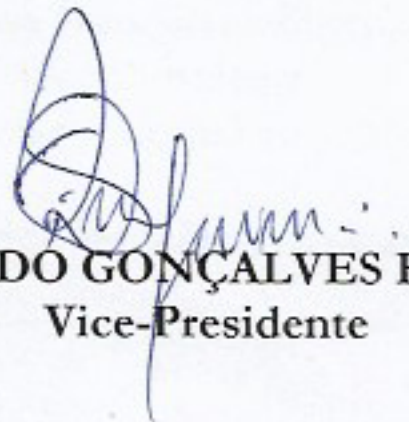
Perante o exposto, aprovadas as Emendas, conclui-se que não existe qualquer óbice quanto à constitucionalidade material, não se vislumbrou ainda qualquer ilegalidade ou afronta à Lei Orgânica Municipal e ao Regimento Interno.

Com base no exposto, conclui a Comissão pela aprovação do Projeto de Lei supracitado, com as Emendas ora sugeridas.

**SALA DAS SESSÕES, EM 18 DE ABRIL DE 2023.**

  
**ISABEL CRISTINA GROSSL**  
Presidente/Relatora

Pelas conclusões:

  
**RICARDO GONÇALVES FURQUIM**  
Vice-Presidente

  
**JOÃO PEDRO DE AMORIM**  
Membro